

Bush, a dívida brasileira e uma proposta pouco feliz

Herbert Levy*

Não foi feliz a sugestão do ministro Francisco Rezek de incluir na agenda das conversações do presidente Collor com o presidente Bush um pedido de intervenção do dirigente americano junto aos banqueiros credores para que facilitem as negociações com o Brasil.



Os argumentos e os dados da equipe econômica do governo é que devem orientar as discussões e soluções do problema, sem que apelemos para a tutela do presidente George Bush.

Este fez o que entendia viável ao propor a redução da dívida através do Plano Brady, repetição do anterior Plano Baker, que não havia saído do papel.

Mas, apesar do propósito de colaborar para redução da dívida dos países do Terceiro Mundo, o governo americano limita-se a essa recomendação, que os banqueiros aceitam ou não.

Estes devem responder perante os seus acionistas e sua conduta nas negociações reflete essa preocupação. Jamais o governo pressionaria os banqueiros, porque não é assim que funciona a democracia americana. Portanto, um pedido de ajuda desse tipo não é próprio de um grande país que tem argumentos válidos, dentro da ordem econômica, na discussão com seus credores, mas de países do Terceiro Mundo sem maior expressão habituados a recorrer à tutela como forma de resolver seus problemas.

Relembro aqui que, quando o então vice-presidente George Bush veio ao Brasil para preparar a viagem do presidente Reagan, em dezembro de 1982, deu dez minutos para uma entrevista na Câmara dos Deputados aos líderes

partidários. Naquela ocasião eu liderava a bancada do Partido Popular.

Fui logo ao assunto apontando a responsabilidade do Tesouro americano no crescimento da dívida externa brasileira, pela forma pouco hábil da compra dos dólares no mercado financeiro para cobertura dos seus *déficits* orçamentários. Começando com a taxa de 6 1/4% ao ano, abaixo da normal (7 1/2 a 8% a.a.) devido à superabundância de petrodólares no sistema bancário, ele foi elevando a cotação até 20,45% ao ano!

Isso, expliquei a Bush, impunha um aumento de cerca de 20 bilhões de dólares à dívida brasileira, totalmente injusto, que não deveria ser responsabilizada de nossa.

Bush encarou-me por um momento em silêncio. Em seguida disse mais ou menos isto: "O senhor está me dando um assunto muito sério para pensar. E é o que vou fazer".

O Tesouro americano acabou corrigindo sua atuação desastrada e, no espaço de meses, a taxa baixou de 20,45% para cerca de 12% ao ano sem que ele deixasse de comprar os dólares necessários à cobertura dos *déficits*.

Isso só desonerou os devedores daí em diante. As taxas altas de juros que já haviam sido debitados ou pagos constituíram um acréscimo irreversível no total da dívida.

Portanto, só dentro desse tipo de argumentação, com os fatos, é que poderemos conduzir as negociações. E, sobretudo, no que é possível ao Brasil pagar ou acertar sem prejudicar sua luta antiinflacionária e o seu desenvolvimento, como está procurando fazer a equipe econômica sob a orientação do embaixador Jório Dauster, representando o pensamento da ministra da Economia.

* Diretor-responsável deste jornal.